



EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS E SUAS ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE DE IPOEIRA, SEVERIANO MELO-RN

Márcia Egina Câmara Dantas¹
Frederico Silva Thé Pontes²

Resumo

Empreendimentos econômicos solidários são caracterizados como aqueles pautados na autogestão, participativos, democráticos, baseados na autossustentação e no desenvolvimento humano. Neste sentido, a pesquisa tem como objetivo analisar o processo de gestão do empreendimento solidário da comunidade rural Ipoeira, situada no município de Severiano Melo/RN, na perspectiva da economia solidária e seu impacto no processo de desenvolvimento econômico dos associados da AAFI, e considerado um estudo de caso. Quanto aos meios didáticos, foi realizada pesquisa bibliográfica, documental e de campo com aplicação de questionários a 18 sócios atuantes e 13 sócios não atuantes no empreendimento, a fim de se auferir sua participação e de como ocorre o desenvolvimento das atividades do empreendimento. Com os dados obtidos, analisamos as variáveis que afetam o grau de participação dos sócios no empreendimento e buscamos levantar as principais dificuldades enfrentadas sob o ponto de vista de seus sócios. Constatou-se falta de união, processo de tomada de decisão e falta de organização. Quanto à geração de renda,

Recebimento: 8/4/2014 • Aceite: 12/5/2015

¹ Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade – UFERSA, Mossoró, RN - Brasil. E-mail: marciaegina@hotmail.com

² Doutor em Economia Aplicada – UFV. Docente da Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA, Mossoró, RN - Brasil. E-mail: frederico@ufersa.edu.br

observou-se que para a maioria dos sujeitos da pesquisa vincular-se à associação melhorou a sua renda.

Palavras-chave: Economia Solidária; Autogestão; Renda

SOLIDARITY ENTERPRISE AND STRATEGIES FOR LOCAL DEVELOPMENT: A CASE STUDY OF COMMUNITY IPOEIRA, SEVERIANO MELO-RN

Abstract

Solidary economic enterprises are characterized as those guided selfmanagement, participatory, democratic, based on self-sustainability and human development. In this sense research the objective is to analyze the process of project management supportive rural community in the municipality of Ipoeira Severiano Melo - RN in view of the solidarity economy and its impact on economic development process of the members of the AAFI. This research is a case study. As for the means bibliographical research, documentary and field where questionnaires were administered to the members active and not active in the project in order to obtain participation and how is the development of the activities of the partners. With the data obtained it was possible to analyze the variables that affect the degree of participation of the partners in the association and identify the main difficulties it faces from the point of view of its members. It was found, therefore, in regard to the difficulties pointed out by the main partners were: lack of unity, the process of decision making and lack of organization. As for income generation was observed that for most of the subjects bind the association improved its income.

Keywords: Solidarity economy; Self-management; Income

Introdução

A economia solidária tornou-se relevante para as estratégias de enfrentamento da pobreza, constituindo-se como uma das formas de materialização da relação Estado, Sociedade e Mercado³, na qual os empreendimentos solidários dão visibilidade ao Terceiro Setor, crescente em muitas regiões do mundo. Segundo Rifkin (1995), o desenvolvimento deste setor resultou da necessidade de preenchimento do vácuo político deixado pelo recuo dos setores públicos e privados em impulsionar o desenvolvimento econômico.

Neste sentido, desde meados dos anos 1980, formou-se no Brasil e em outros países o florescimento e gradativo fortalecimento de iniciativas de trabalhadores no campo econômico, fundadas no associativismo e na cooperação (GAIGER, 2007). As recentes mudanças no mundo do trabalho e na reestruturação do capitalismo mundial desencadearam a expansão e surgimento de variadas iniciativas de produção coletiva e de caráter autogestionário, que aos poucos foram se tornando visíveis no cenário nacional (VASCONCELOS, 2010).

A perspectiva que representa esses empreendimentos solidários é fruto do processo de sistematização da economia solidária, cuja gênese teve como demarcação as décadas de 1980 e 1990 (SILVA *et al.*, 2008).

Existe como proposta de inclusão do produtor rural um processo produtivo que lhe confere maior geração de renda, tendo como princípio a ação coletiva e participativa. De acordo com Tenório (2001), é necessário que a coletividade tenha conhecimento quanto à gestão destes empreendimentos, visto que a associação com os outros facilita a realização de esforços, principalmente quando determinados objetivos não podem ser atingidos por um único indivíduo.

Sabe-se que a gestão das organizações pautada na economia solidária é um tema pouco explorado. Segundo Andion (2005), ainda há preconceitos ideológicos e a falta de fundamentação teórica adaptada à natureza destas organizações. O autor afirma que são poucos os

³ A relação Estado, sociedade e mercado corresponde a consolidação de novos mecanismos de controle do mercado pelo Estado a partir da Reforma do Estado dos anos 90 para que a sociedade se coordene. De acordo com Bresser Pereira (1997), na perspectiva institucional há três mecanismos de controle fundamentais: o Estado, o mercado e a sociedade civil. O Estado, a partir do sistema legal, normas jurídicas e instituições fundamentais da sociedade; o mercado, o sistema econômico legado pelo processo competitivo; e a sociedade civil construída e estruturada pelo peso relativo dos diversos grupos sociais.

estudos no campo da teoria das organizações que consideram as particularidades dos empreendimentos que atuam no campo social.

Nesta perspectiva, esta pesquisa pretende analisar o processo de autogestão do empreendimento solidário na Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares da Ipoeira (AAFI), com objetivo de contribuir para a economia e o desenvolvimento local.

O estudo subsidiará pesquisas que apontem as potencialidades e dificuldades desses empreendimentos para o desenvolvimento da localidade, tendo em vista a necessidade de compreender como ocorre o processo de formação dos empreendimentos solidários e que resultados são gerados para o desenvolvimento local.

Considerando que a economia solidaria proporciona um espaço plural de pesquisa e atividades, consubstanciado na luta pela construção de novas relações de trabalho, promovendo o desenvolvimento sustentável e a autonomia dos trabalhadores com vista às inovações tecnológicas e inserção no mercado. A presente pesquisa abordará como objetivo a análise do processo de gestão do empreendimento solidário da comunidade rural de Ipoeira, situada no município de Severiano Melo – RN, na perspectiva da economia solidária, além de compreender o processo de criação, geração de renda, principais dificuldades e para a gestão coletiva do empreendimento.

Referencial Teórico

Desenvolvimento da Economia Solidária

As novas relações de trabalho que promovem o desenvolvimento das experiências em economia solidária são dadas a partir dos valores constituídos nas sociedades, conforme o contexto social e os interesses políticos de cada lugar (RODRIGUES e FERREIRA, 2008). Nesse contexto, “A essência do problema é que desenvolvimento tem muitos significados científicos, dependendo do contexto social, experiências intelectuais e fins políticos” (Wijenbekg (1967) apud Rodrigues e Ferreira, 2008, p.594)

Para Gómez (2006, p. 36), desenvolvimento:

(...) configura-se pela rede de saberes, de práticas e de poderes que aglutina. Saberes que se concretizam nos objetos, conceitos, teorias etc. que a ele se referem e que ele produz. Práticas em que se materializam esses saberes. Poderes que o sustentam, por

meio de instituições políticas, acadêmicas, econômicas etc.

Esta pesquisa considera desenvolvimento com base em Brose (2000), compreendendo desenvolvimento como o processo de melhoria da qualidade de vida que requer interação contínua e demorada entre fatores econômicos, políticos, sociais e culturais, visando à inclusão social, fortalecimento da economia local, inovação na gestão pública, gestão ambiental e uso racional dos recursos e mobilização social (ativa participação cidadã).

Na dimensão social, a redução da força de trabalho ocupada nas atividades agrícolas levou à liberação de um elevado contingente de mão de obra, gerando crise e desemprego (RODRIGUES E FERREIRA, 2008).

A partir da década de 1970, o modelo de desenvolvimento começou a ser contestado em prol da igualdade e justiça, quando as experiências em economia solidária passaram a ter mais visibilidade. Tratando-se de uma forma de economia que proporciona o desenvolvimento ao invés de constituir-se como um setor à parte, a economia solidária tem muito mais vocação para interagir com as formas econômicas dominantes, em uma perspectiva de elaboração de arranjos particulares de princípios econômicos diversos, a fim de subordinar a lógica mercantil a outros imperativos da ação organizacional ou coletiva como, por exemplo, uma dinâmica recíprota ou um projeto associativo (FRANÇA FILHO, 2002).

“Como fenômeno, a economia solidária se tornou particularmente relevante no cenário atual de reconfiguração das relações entre Estado e Mercado, onde desponta com força a ideia de Terceiro Setor.” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 123)

São características das organizações do terceiro setor, a tendência de misturarem elementos de solidariedade e competitividade, recursos financeiros provenientes de diversas fontes, interesse e agentes diversos, trabalho voluntário e de profissionais empregados e são organizadas em torno de um forte sentido de missão (SCHOMMER, 2002, p. 99).

Segundo a SENAES (2011), economia solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comparar e trocar o que é preciso para

viver. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de trocas, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizados sob a forma de autogestão.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidaria define a concepção da economia solidária como práticas que prezam a valorização do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino em uma economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza e os valores da cooperação e da solidariedade (VASCONCELOS, 2010).

Lechat (2007, p. 109), ao estudar alguns teóricos da economia solidária, mostra que esta economia:

(...) é geralmente entendida, no Brasil, como constituída por associações de produtores de bens e serviços, associações de comercialização e associação de consumidores desde que dentro das características já nomeadas, ou seja, a produção de bens necessários à maioria da população, produzidos sem agredir a natureza, de forma autogestionária, solidária e com equidade.

Muitas dessas organizações sequer chegam a essa dimensão de problema (FALCONER, 1999). São frágeis, desarticuladas, contam com pessoal pouco qualificado, dependem de financiamento governamental ou de pequenas e eventuais doações. Muitas vezes, possuem pouco contato até mesmo com as comunidades que visam atender ou representar.

É fato que o aperfeiçoamento de habilidades de gestão é um dos principais desafios para que o setor cumpra seu papel (FALCONER, 1999).

Além das questões relativas aos valores individualistas e de competição, há percalços de ordem material e relacionados ao pouco aprendizado da produção coletiva. Muitas são as debilidades e os

problemas constantes no cotidiano dos pequenos empreendimentos comunitários, quais sejam: carência de capital de giro; acesso ao crédito; *design*; controle de qualidade, comercialização e tecnologia; ambiguidade da propriedade dos meios de produção; e problemas decorrentes de barreiras legais, da carência de entidades de apoio e de padrões gerenciais adequados (LISBOA, 1999).

Bertucci e Silva (2003) afirmam que as experiências em economia solidária devem ser marcadas por alguns elementos, entre eles: desenvolvimento em nos setores populares; criação para enfrentar um conjunto de carências e necessidades concretas; envolvimento da participação democrática, valores solidários e autogestão, entre outros.

Lisboa (1999) também afirma que o desafio proposto pela economia solidária é de construir uma alternativa a partir das relações com o mercado. Uma alternativa “não mais ao capitalismo, mas no capitalismo”, como uma forma de resistência à lógica “destrutiva” que preside a sociabilidade contemporânea e ao mesmo tempo como possibilidade de construção de uma nova sociedade, a longo prazo, porém no aqui e agora.

Empreendimentos solidários

A década de 1980, denominada a década perdida, foi o marco inicial da economia solidária, caracterizada pelo aprofundamento dos ideais neoliberais que, no Brasil, teve no presidente Collor de Melo um dos seus principais defensores. O período Collor foi marcado por um desmando neoliberal caracterizado por privatizações de empresas estatais e abertura comercial, e conseqüente agravamento dos índices de desemprego e inflação⁴ (LESBAUSPIN, 2003). Em resposta, a classe trabalhadora desenvolveu novas estratégias de enfrentamento ao desemprego⁵. Para Paul Singer, os trabalhadores se posicionaram de várias formas nas relações capitalistas, dentre elas:

⁴ Nos anos 80, diante do colapso financeiro internacional, impõe-se o discurso da necessidade dos ajustes e dos planos de estabilização em toda a América Latina. No Brasil, foi possível identificar o agravamento da fragilidade financeira do setor público e do comportamento defensivo dos agentes privados [...] sem solução constante para o problema do endividamento e com uma questão social gravíssima (BEHRING & BOSCHETTI, 2006, p. 140).

⁵ O equacionamento da questão social, entendida como a superação das desigualdades e injustiças. O que significa a resolução de questões originadas por problemas socioeconômicos (desemprego, subemprego, economia informal, pobreza, etc.) por problemas sociopolíticos (apatia, corrupção, clientelismo, autoritarismo, participação

Os trabalhadores reagiram combatendo a exploração no interior da empresa capitalista, criando alternativas de caráter associativo ou defendendo seus sistemas de vida próprios, seu patrimônio produtivo e seus saberes, contra a ameaça de espoliação e de subordinação do capital. (SINGER, 1999 apud GAIGER, 2007, p. 60)

A partir da década de 1990, o debate sobre o desenvolvimento econômico na perspectiva do associativismo e cooperativismo se amplia, sendo também impulsionado pelo Governo Federal. Enquanto política pública, a economia solidária passou a ser estimulada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Para Singer (2000, p. 3), a criação da SENAES significou o reconhecimento pelo Estado brasileiro das transformações provocadas no mundo do trabalho, indicando “uma ampliação de responsabilidade do MTE que passa a incluir o cooperativismo e o associativismo”.

Com o objetivo de proporcionar a visibilidade, a articulação da economia solidária e o oferecimento de subsídios aos processos de formulação de políticas públicas, a SENAES realizou em todo o Brasil um mapeamento da economia solidária, com o propósito de compor o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Os resultados iniciais do mapeamento indicaram que nos primeiros anos do século XXI era grande o número de empreendimentos econômicos solidários no Brasil.

No período de 2005 a 2007, foram identificados 21.859 empreendimentos, considerando-se cooperativas, associação de produtores, grupos de produção, feiras etc. Entre os maiores números de empreendimentos, 42% encontram-se na região Nordeste, 12% na região Norte, 18% na região Sudeste, 16,5% na região Sul e 10% na região do Centro Oeste.

Em sua maioria, os empreendimentos estão organizados em associações, o que corresponde a 52%, seguida por grupos informais, 36,5%, 10% organizadas em cooperativas e 1,5% se enquadra em outras formas de organização. A SENAES também identificou os motivos que levaram à criação destes empreendimentos. Segundo a pesquisa, 31,5%

etc.) e por problemas socioculturais (analfabetismo, diversidade cultural, respeito à diferença, etnia, gênero etc.) (RAICHELIS, 2004, p. 18).

apontaram para o fator do desemprego, 14% para complemento de renda dos seus sócios, 16% para obtenção de maiores ganhos e 13% se deram devido ao acesso a financiamentos (VASCONCELOS, 2010).

Gaiger (2004) caracterizou os princípios dos empreendimentos de economia solidária com base em pesquisas bibliográficas e na sua experiência em economia solidária, quais sejam: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. Para o autor, esses princípios não são únicos, mas centrais nos empreendimentos econômicos solidários.

Conforme Gaiger (1999^a, p. 3),

No campo do solidarismo econômico popular, contam-se hoje os empreendimentos os mais diversos, de caráter familiar ou comunitário, sob forma de sociedades informais, microempresas ou cooperativas de trabalhadores. Identificam-se por seus princípios de equidade e participação, que procuram colocar em prática, organizando-se de forma autogestionária e democrática.

De acordo com Gaiger (2000), esses empreendimentos cooperativos nascem da necessidade imperiosa de encontrar uma solução e geram solidariedade como imposição da necessidade. Existindo prática anterior de solidariedade, a qual transcende os objetivos econômicos, o empreendimento é favorecido.

Autogestão

Dentre as experiências em economia solidária, o trabalho autogestionário é entendido como um potencial educativo, através de práticas que permitem educar e transformar o comportamento dos sujeitos (SINGER, 1999 *apud* AZAMBUJA, 2009).

Para o autor, os empreendimentos autogestionários possibilitam não somente o enfrentamento da pobreza⁶, mas também a produção de um conjunto de práticas que visam à inclusão social,

⁶ Pobreza diz respeito à destruição dos meios de subsistência satisfatória e tem como parâmetro estruturador, intrínseco a sua lógica de formação, a privação absoluta. Esta se define pela carência extremada de quaisquer meios para a satisfação das necessidades primárias ligadas a sobrevivência física e a sanidade da pessoa e dos familiares a ela dependente (ABRANCHES, 1994, p. 17)

mediante a participação dos sujeitos na definição dos processos que configuram a organização da comunidade.

Segundo Souza e Baiardi (2006), o conceito de economia solidária amplia a perspectiva de inclusão efetiva da sociedade civil no processo de construção de alternativas de desenvolvimento. Neste mesmo contexto, Mello (2005, p. 151-152) aponta que:

(...) a economia solidária é uma forma da economia que se desenvolve através de empreendimentos autogestionários, uma forma coletiva e participativa em que os próprios trabalhadores são produtores, proporcionando uma distribuição mais justa da renda e estimulando relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente.

Levando em consideração o que o autor indica, podemos afirmar que a economia solidária é constituída sob a forma de grupos informais, associações, cooperativas, empresas de autogestão e a combinação de atividades econômicas e sociais. O seu processo produtivo é marcado pela solidariedade⁷, cooperação e pode se constituir em formas de cooperativismo e associativismo. Ela visa à construção de uma alternativa econômica fortemente embasada nos direitos humanos, sem os quais não há desenvolvimento com inclusão social, de forma sustentável e equitativa (LECHAT *et al*, 2007).

Albuquerque (2003) desenvolveu um estudo que permite compreender que os empreendimentos devem criar resultados capazes de agradar a todos que dependam dele para a sua sobrevivência, tratar de instituir relações sociais de produção que valorizem o trabalho familiar e criar uma estrutura para compartilhar o poder de decisão, respeitando o equilíbrio de forças e os interesses diversos (ALBUQUERQUE, 2003, apud LECHAT, 2007, p. 184). Essas compreensões reforçam o entendimento sobre a autogestão diante dos problemas que ameaçam a sua sobrevivência em curto prazo, ainda mais quando os recursos são escassos, comprometendo o

⁷ Nessa discussão, o conceito de solidariedade assume grande relevância, sendo concebido como agente que impulsiona o empresariado e a sociedade como um todo a atuar em favor dos excluídos (GÓIS, 2004, p. 95).

desenvolvimento de seus projetos e gerando questionamentos a respeito da própria razão de existência da organização.

Como se sabe, uma forte característica dos empreendimentos da economia solidária é a prática da autogestão. Conforme Singer (2000), a autogestão estimula a solidariedade entre os membros e para com a população trabalhadora em geral, enfatizando a ajuda aos mais desfavorecidos. Para Oliveri (2005), a autogestão também favorece o despertar para a cidadania, uma vez que as pessoas se transformam em sujeitos da situação em busca de soluções qualitativas.

Essa autogestão na economia solidária é caracterizada pelo modo de agir coletivo, que vai além do contrato estabelecido entre os cooperadores (LECHAT *et al*, 2007). Segundo Albuquerque (2003, p.20), a autogestão é entendida, em sentido lato, como:

(...) um conjunto de práticas sociais que se caracterizam pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um coletivo. É um exercício do poder compartilhado (...) que expressa intencionalmente relações sociais mais horizontais.

Subentende-se, portanto, que todos os participantes da organização autogestionada estejam envolvidos no processo de tomada de decisões, desde as rotinas e práticas de trabalho internas às práticas de comercialização do produto ou serviço oferecido, até a política de remuneração dos trabalhadores.

Para Motta (1981, p. 133):

(...) a sociedade autogestionária é a sociedade organicamente autônoma, constituída de um feixe de autonomias de grupos se auto administrando, cuja vida exige a coordenação, mas não a hierarquização.

No entanto, a autogestão caracteriza-se mais do que simplesmente um modelo de gestão. Ela possui um caráter multidimensional que precisa ser observado. Para Albuquerque (2003, p. 20), esse caráter multidimensional pode ser descrito por seu perfil social, econômico, político e técnico:

SOCIAL: como construção social, a autogestão deve ser percebida como resultado de um processo capaz de engendrar ações e resultados aceitáveis a todos os indivíduos e grupos que dela dependem;

ECONOMICO: são processos de relações sociais de produção, que se definem sobre práticas que privilegiem o fator trabalho em detrimento do capital;

POLITICO: se fundamenta a partir de sistemas de representação cujos valores, princípios e práticas favorecem e criam condições para que a tomada de decisão seja o resultado de uma construção coletiva que passe pelo poder compartilhado, promovendo a igualdade entre os membros.

TECNICO: insinua a possibilidade de outra forma de organização e de divisão do trabalho.

Desta forma, é possível pensarmos a autogestão como uma forma de gestão autônoma do conjunto social que remete a novas formas de organização, não apenas da economia, mas também da educação e da política global, sendo aplicado como um sistema de organização das atividades econômicas e sociais.

Nesse sentido, a autogestão busca resgatar a essência social da luta pela repartição do poder, mantendo sua referência nas empresas autogeridas que surgem como nova organização produtiva e geradora de renda a trabalhadores excluídos do mercado convencional.

Metodologia

A presente pesquisa é constituída como forma de estudo de caso, tendo como finalidade explorar situações que não estão claramente definidas, descrevendo-as e explicando determinados fenômenos que dificultam a utilização de outras abordagens científicas, especialmente as experimentais (GIL, 2002).

O estudo foi realizado na comunidade rural de Ipoeira, situada no município de Severiano Melo, Mesorregião do Oeste Potiguar, com uma área territorial de 140,7km², equivalente a 0,26% sobre o Estado do Rio Grande do Norte (RN). O município possui uma população de 5.752 habitantes, sendo 2.118 (36,82 %) vivendo na zona urbana e 3.634 (63,18 %) na zona rural (IBGE, 2010). A comunidade possui

aproximadamente 150 famílias, mas não são todas que possuem terras. Os que a têm possuem em média 10 hectares, criando bovinos, ovinos, suínos e galináceos e cultivando produtos de subsistência. Uma das atividades econômicas desenvolvida na comunidade é a entressafra da produção de castanha de caju.

A comunidade possui uma organização, a Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares da Ipoeira (AAFI) que visa, segundo seu estatuto, sustentar e defender, perante os poderes públicos e onde quer que se faça necessário, os direitos, interesses e reivindicações de seus associados; promover por todos os meios ao seu alcance a perfeita união e solidariedade entre seus associados e assessorar, entre seus sócios, a prática da agricultura familiar. É composta por 47 sócios, dentre os quais apenas 18 são atuantes no empreendimento. A título de atividades desenvolvidas, o empreendimento conta com um projeto piloto de horta orgânica comunitária, financiado pelo Banco Mundial através do Programa de Desenvolvimento Solidário (PDS) do Governo do Estado do RN..

Foram utilizados dados secundários e primários. Os secundários foram obtidos de forma articulada, através dos métodos de pesquisas documental e bibliográfica (elaborada com dados obtidos em livros, jornais, revistas etc.).

A pesquisa exigiu a disponibilidade de diversos dados por parte da associação, dentre eles: atas das reuniões, frequência dos associados durante as reuniões, estatuto da associação, projetos submetidos a financiamento, além do questionário e os diários de campo da pesquisadora contendo observações que auxiliaram na apreensão da realidade.

No que diz respeito aos dados primários, estes foram coletados durante as pesquisas de campo, com a aplicação de questionário junto aos sócios da AAFI, cujo objetivo foi descrever precisamente os fenômenos a serem estudados. Também foi realizado registro fotográfico contendo imagens da associação e das atividades realizadas pelos agricultores. Os sujeitos da pesquisa foram os agricultores (as) sócios (as) da AAFI, dos quais 31 responderam ao questionário tendo como referência um total de 47 pessoas.

Resultados

Análise do processo de criação da AAFI

Para efeito da pesquisa, os dados coletados e analisados no empreendimento foram catalogados tendo como período o ano de 2008 a 2012, na qual a coleta de dados foi realizada no empreendimento.

Conforme os registros da associação, 47 pessoas são associadas à organização. Deste quantitativo, apenas 31 aceitaram responder o questionário da pesquisa e 16 não responderam. Dos não respondentes, 8 não moram mais na comunidade, 1 estava afastada decorrente de período eleitoral, pois candidatara-se a vereador no município, 4 foram desligados da associação por descumprirem o estatuto e 3 não aceitaram participar da pesquisa. Levando em consideração que a colaboração para a pesquisa é livre e voluntária, os não respondentes foram eliminados.

Com base na pesquisa documental e de campo, analisamos que o processo de criação do empreendimento solidário da comunidade Ipoeira teve suas atividades iniciadas em 30 de maio de 2008, com assembleia realizada na Escola Municipal Deusdete Cavalcante, sítio Ipoeira, com 50 pessoas presentes. Durante a reunião, foram discutidos os problemas relacionados à comunidade, registrados em ata: falta de água, estradas danificadas e a falta de emprego que assola a região.

A assembleia deliberou pela fundação da Associação, os comunitários ali presentes se comprometeram a formá-la. Das 50 pessoas presentes 40 se tornaram sócios fundadores da AAFI. Conforme o estatuto, o empreendimento foi criado na comunidade com o objetivo e finalidade de sustentar e defender poderes públicos e, onde quer que se faça necessário, os direitos, interesses e reivindicações de seus associados; promover por todos os meios ao seu alcance a perfeita união e solidariedade entre os seus associados; assessorar, junto a seus sócios, a prática da Agricultura Familiar; promover pesquisas e estudos técnicos sobre as atividades econômicas, divulgando-as entre os associados dentre outras atribuições.

Os sócios reúnem-se ordinariamente uma vez ao ano, sempre na segunda quinzena do mês de março. Desde então, a Associação realizou 4 reuniões ordinárias e 14 reuniões extraordinárias. Dentre as pautas das reuniões, os sócios discutem o desenvolvimento e a escolha de Projetos a serem encaminhados aos Programas de Financiamentos, realizam a avaliação dos projetos em execução pela a associação entre outros encaminhamentos.

Na pesquisa documental, percebeu-se nas atas da associação que no primeiro ano de fundação os sócios desenvolveram poucas atividades junto ao empreendimento.

Em sua segunda reunião ordinária, os sócios se reuniram com o objetivo de montar um projeto para obter recursos pelo Programa Desenvolvimento Solidário, doravante PDS, financiado pelo Banco Mundial em parceria com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte (RN), através da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistencial Social (SETHAS). Segundo os objetivos do programa, os sócios definiram que gostariam de trabalhar com uma horta orgânica comunitária, haja vista gerar ocupação e renda e proporcionar-lhes alimentação saudável. Conforme registrado em ata, a horta traria a oportunidade de perfurar um poço tubular que iria disponibilizar água em abundância para a comunidade. Como encaminhamento, os sócios escolheram uma comissão que ficou responsável pelo gerenciamento, acompanhamento, fiscalização e aplicação dos recursos para o subprojeto da horta orgânica comunitária.

O processo para o financiamento do Projeto de Horta durou aproximadamente 10 (dez) meses, com a perfuração e revestimento de poço tubular de 150 metros de profundidade, a construção de uma cisterna (Figura 1) para armazenar água para o projeto de horta e de 1 hectare de canteiros para a plantação de coentro, cebolinha, alface, pimentão e tomate.

Figura 1: Cisterna para armazenamento de água do projeto de horta



Fonte: Acervo de Márcia Egina Câmara Dantas, 2010.

Os sócios da AAFI não possuíam sede própria, realizando suas reuniões na Escola Municipal da comunidade e na Igreja, e por um período em uma sede provisória da Associação, localizado no galpão vizinho à casa do Sr. Pedro Lucena Cabral, presidente da associação. Com o desenvolvimento das obras de perfuração do poço para o projeto da horta orgânica, os sócios logo construíram os canteiros da horta (Figura 2).

Figura 2: (A) Sede provisória da AAFI e (B) Canteiro de horta orgânica comunitária



Fonte: Acervo de Márcia Egina Câmara Dantas, 2010.

Dois anos após a sua fundação, no ano de 2010, a associação construiu a sua sede própria, com extensão de 94,8 m², sala para reuniões, sala da secretaria, almoxarifado, 2 banheiros, cozinha e terraço (Figura 3).

Figura 3: Sede da AFFI (A) e Terraço (B)

Fonte: Acervo de Márcia Egina Câmara Dantas, 2011.

Os sócios, quando realizam suas reuniões ou assembleias, finalizam os trabalhos avaliando o andamento das atividades da associação. Em todas as atas foi possível identificar que as avaliações sempre são referentes aos projetos executados pela associação, mais especificamente à horta orgânica comunitária. Segundo eles, a atividade tem sido fonte redentora de renda para todas as famílias envolvidas e traz benefícios para a qualidade de vida dos seus associados. Além da prática de avaliação das atividades, é comum ver, nos documentos e na pesquisa de campo na Associação, boletins, informativos e votos de estímulo aos sócios para se empenhar nas atividades da associação (Figura 4). Isso define o que Azambuja (2009) afirma sobre os empreendimentos autogestionários, cujos espaços possibilitam a produção de um conjunto de práticas que visam à inclusão social e a participação dos sujeitos na definição dos processos que configuram a organização da comunidade.

Figura 4: Frases para motivar o trabalho dos associados da AAFI

Fonte: Acervo de Márcia Egina Câmara Dantas, 2011.

Processo de geração de renda dos sócios da AFFI

Por meio do instrumento de coleta de dados (questionários) foi possível quantificar a renda das pessoas atuantes e não atuantes no empreendimento, e fazer uma análise de como o empreendimento contribui para a geração de renda do sócio.

Para efeito de análise de renda, os sujeitos foram questionados sobre se recebiam algum auxílio financeiro que beneficiasse a sua renda. Em resposta, 24 deles (77,4%) disseram que recebem algum auxílio que contribui para a sua renda, quais sejam: programa bolsa família (83,3 %) e aposentadoria (16,7 %). Já 7 deles (22,6%) afirmaram não receber nenhum tipo de auxílio que contribua para a sua renda. Destes 7, apenas 3 continuam na associação e extraem sua renda exclusivamente das atividades que desenvolvem no empreendimento.

Esses dados demonstram que dos 18 sujeitos que ainda atuam no empreendimento, 15 possuem auxílio e 3 não possuem. Outrossim, 11 deles, além de contar com auxílio de algum programa do Governo Federal, ainda realizam atividades extras fora do empreendimento, contribuindo para o orçamento familiar, quais sejam: venda de animais, costura, venda de leite e ovos, produção de salgados por encomenda e venda de castanhas. Essas atividades geram renda de R\$ 50 até R\$ 2.000,00. Assim, definimos que os sócios atuantes no empreendimento estão na associação não somente pelo fato da geração

de renda, mas também por ser nele que se sentem detentores de uma atividade produtiva, e que por meio da associação foi-lhes possível aprender uma nova maneira de produzir e de se alimentar melhor.

No que diz respeito aos 13 sujeitos que não atuam mais no empreendimento, estes afirmaram que suas respectivas rendas provêm de serviços, aposentadoria, agricultura, emprego com carteira assinada, bolsa família, ou não possuíam nenhuma renda.

Os sujeitos da pesquisa também foram questionados sobre quanto recebiam por atuar nas atividades do empreendimento. Os valores recebidos pelas horas/trabalho nas atividades da horta é R\$ 2,50. Há na associação uma escala de trabalho, em que as mulheres desenvolvem suas atividades no período matutino e os homens no período vespertino. Segundo os respondentes, eles recebem em média por mês a quantia de R\$ 220 a R\$ 600. Este valor varia conforme o número de horas trabalhadas por indivíduo no projeto de horta orgânica comunitária. Apenas dois dos respondentes preferiram não informar quanto recebiam por atuar nas atividades da associação.

Foi questionado se, após associar-se a AAFI, a renda dos sujeitos tinha Melhorado, Melhorado Pouco, Não se Alterou, Piorou ou Piorou Muito. Pouco mais de 16% dos sujeitos atuantes e não mais atuantes alegaram que sua renda melhorou pouco após se associar a AAFI, conforme ilustrado no Gráfico 1.

Para boa parte dos sujeitos questionados, vincular-se à associação melhorou sua renda. A fim de descobrir o grau de satisfação dos associados, questionamos se eles se sentiam ou se sentem valorizados por desenvolver suas atividades no empreendimento. Em resposta, 90,4% dos sócios afirmam que se sentem ou se sentiam valorizados por atuar no empreendimento, conforme demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 1: Após associar-se sua renda?

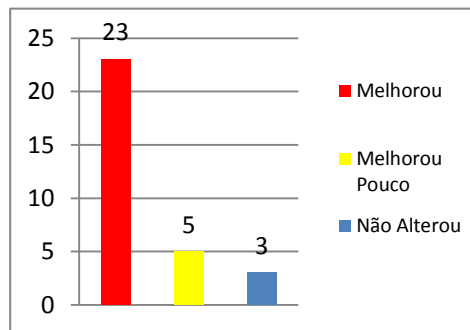
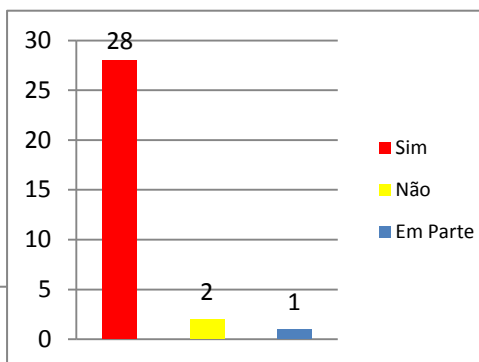


Gráfico 2: Sente ou se sentia valorizado por atuar no empreendimento?



Buscamos saber quais os motivos pelos quais os sócios se sentem ou se sentiam valorizados por atuar no empreendimento, quais sejam: por se sentirem úteis, gostar de trabalhar com pessoas, ajudar nas atividades, gerando trabalho e renda, serem bem tratados e até por já ter aparecido na televisão.

Neste sentido, podemos perceber o quanto o empreendimento da comunidade de Ipoeira tem transformado as vidas e as relações de trabalho e de renda de famílias da comunidade.

Análise das principais dificuldades do empreendimento solidário da comunidade de Ipoeira

A perspectiva de analisar as principais dificuldades enfrentadas pelo empreendimento solidário de Ipoeira se deu pela avaliação dos questionários aplicados com os sujeitos da pesquisa, no que diz respeito aos problemas e suas expectativas para a solução destes.

As opiniões e respostas dos respondentes foram categorizadas para uma maior uniformidade, sistematizadas nos aspectos mais importantes para melhor análise das respostas. Por se tratar de uma pergunta aberta, esta categorização ou sistematização das respostas foi necessária.

Cinco dos respondentes alegam que no empreendimento não existem problemas, não há dificuldade ou não souberam informar as dificuldades da associação.

Alguns respondentes alegaram que há falta de união na tomada de decisão. Em seus relatos podemos verificar:

“As pessoas que às vezes não querem ou não concordam com as decisões.” (Sujeito nº31)

“Falta de União.” (Sujeito nº11)

“Uns querendo mandar mais que os outros”
(Sujeito nº25)

“Falta de entendimento.” (Sujeito nº03)

“Quando não entram em Acordo.” (Sujeito nº09)

Para Veiga (2001, p. 12):

Os maiores e mais fortes fatores de fracasso de uma associação são: falta de solidariedade entre os associados, a disputa interna a fofocas, o disse-que-disse, o operar individualmente, a falta de autonomia da associação e a falta de estratégia, de visão de curto, médio e longo prazo.

Levando em consideração o que afirma Veiga, percebemos que no empreendimento há pontos fracos no que toca à união e ao entendimento do grupo. Já para dois dos respondentes, o processo de gestão do empreendimento, no que tange a diretoria, é um grande desafio, pois segundo eles a dificuldade é:

“A questão administrativa, estamos mudando o processo de decisão, pois antes a diretoria já decidia por todos” (Sujeito nº 30) e

“Acho que é a desunião na hora das decisões, pois a diretoria as vezes quer decidir só, mas sócio é todo mundo” (Sujeito nº20).

Nesse aspecto, definimos que os gestores ainda encontram dificuldades de seguir na perspectiva da equidade e da autogestão, na qual a principal característica dos empreendimentos econômicos solidários é a sua forma de organização pautada na autogestão. Neste caso, não deveria existir, por parte da diretoria, a tomada de decisão

isolada sem a prévia consulta e deliberação dos demais sócios do empreendimento.

Outro ponto abordado por outros dois dos respondentes quanto às dificuldades enfrentadas pelo empreendimento foi a questão da falta de acompanhamento técnico na produção, conforme relatos:

“Falta de acompanhamento e assistência da EMATER, técnicos, agrônomo.” (Sujeito nº32)
e

“Orientação na Produção.” (Sujeito nº08)

Além dos desafios quanto ao processo de gestão, os empreendimentos enfrentam grandes dificuldades no que toca ao acompanhamento técnico de suas atividades no campo, comprometendo as atividades e, conseqüentemente, a existência do empreendimento.

Outro ponto a ser debatido é que, apesar de o empreendimento receber desde o ano de 2010 a assistência técnica de um engenheiro agrônomo, por meio do Projeto CAJUSOL, muitos dos respondentes, durante a pesquisa, não consideraram as atividades do engenheiro como sendo uma assessoria ou assistência, pois entendem que assistência técnica é apenas aquela prestada pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN (EMATER).

Durante a pesquisa documental (atas) também foi possível identificarmos que, durante o processo de implantação do projeto da horta orgânica comunitária, o técnico agrícola que acompanhava as atividades do projeto desistiu de assessorar o empreendimento, tendo os sócios que se reuniram para deliberarem sua substituição. Segundo registro em ata, a maioria dos sócios ficaram apreensivos sobre a continuidade do projeto de horta sem acompanhamento técnico.

Outros dois respondentes alegaram em seus relatos que as grandes dificuldades que existe na associação são:

“Falta de organização de quem entra e sai da associação.” (Sujeito nº10) e

“Falta dinheiro pra fazer mais coisas.”
(Sujeito nº12)

Assim, o entendimento sobre a autogestão diante dos problemas que ameaçam a sobrevivência do empreendimento a curto prazo, e a gestão dos recursos escassos, comprometem o desenvolvimento de

seus projetos gerando questionamentos a respeito da própria razão de existência da organização.

Para tanto, o empreendimento econômico solidário de Ipoeira tem como prática habitual não desligar os sócios que não mais atuando no empreendimento. Aqueles que por vontade própria retiram-se da Associação em qualquer época, obedecidos as trâmites previstos no Estatuto e no Regimento Interno, poderão ser readmitidos, a critério da Diretoria.

Com essa prática, os sócios que por ventura quiserem atuar novamente nas atividades da associação sempre serão bem vindos. A prática de não desvincular os sócios existe porque muitos dos que não estão mais atuando no empreendimento, muitas vezes se afastaram por motivos de saúde, por ter conseguido um emprego com carteira assinada, entre outros. No entanto, ocorre que há quem não aceite essa prática, entendendo que essas pessoas se afastam e retornam apenas quando há atividades que geram renda.

Os sócios que praticarem atos contrários aos interesses da Associação, infringindo o estatuto, os regimentos internos e as deliberações, serão eliminados do empreendimento. Segundo os respondentes, os sócios são desligados da associação caso não cumpram o estatuto.

Entretanto, há aqueles que apontam como dificuldades do empreendimento:

“O trabalho com pessoas sempre há conflitos de ideais e opiniões. Alguns com cabeça dura, mas no geral todos os sócios se dão bem.”
(Sujeito nº22)

“Quando querem brigar, pois onde rola dinheiro, uns querem de um jeito e tudo aqui tem que ser combinado.” (Sujeito nº24)

“As vezes uns falam uma coisa e faz outra. As opiniões que as vezes não dão certo. Eu não gosto nem de dá opinião e fico calada.”
(Sujeito nº28)

As dificuldades apresentadas apontam os conflitos que existem na Associação quando há algum problema. Alguns sócios preferem não opinar quanto a resolução dos problemas, ou por acreditar que sua opinião não tenha valor. Outro ponto percebido neste grupo de resposta é o aspecto do bom senso entre os sócios quando vão decidir

ou definir algum problema. Muitas vezes, para se chegar a um acordo, há bastante discussão, até se conseguir o equilíbrio devido.

Considerações finais

A presente pesquisa tratou de analisar o processo de gestão do empreendimento solidário da comunidade rural Ipoeira, situada no município de Severiano Melo – RN, na perspectiva da economia solidária. Para embasar teoricamente a pesquisa foi explorados o conceito de economia solidária. Ao analisarmos o conceito, percebemos que ele ainda está em processo de consolidação na literatura, tendo em vista que nesta última década os estudos estão voltados para esta temática.

Buscou-se apresentar como o empreendimento contribui para a geração de renda dos sócios. Foi possível definir que muitos sócios, além de desenvolverem atividades na associação, também desenvolvem atividades que lhes geram renda fora da associação.

O estudo também descreveu como se deu o processo de criação do empreendimento na comunidade, bem como suas atividades, desafios cotidianos e a expectativa de resolutividade dos problemas do ponto de vista de seus sócios.

Também foi possível identificarmos o perfil das pessoas que tendem a participar mais do empreendimento. Através do modelo *logit* constatou-se que as pessoas do gênero masculino, com idade mais avançada e que possuem algum auxílio financeiro, têm a tendência de não participar das atividades do empreendimento. Entretanto, aqueles do gênero feminino, com faixa etária de 20 a 39 anos e que possuem uma quantidade considerável de membros na família, têm uma tendência maior a participar do empreendimento, cujo valor é dobrado se houver mais membros da família que também atuam no empreendimento.

Apesar dos avanços, também foram percebidas algumas fragilidades, quais sejam: desconhecimento parcial dos princípios que regem a economia solidária, a inércia de alguns atores quanto há no empreendimento opiniões ou atitudes divergentes e o principal, a falta de uma autoavaliação dos sócios quanto às dificuldades que elencaram na pesquisa.

Diante os resultados e discussões apresentados, conclui-se com a pesquisa que o empreendimento proporciona significativa influência no desenvolvimento da economia solidária na comunidade de Ipoeira, em Severiano Melo. Percebe-se que a iniciativa tem levado aos

comunitários atuantes no empreendimento uma oportunidade de trabalho seguida de renda e que estes acreditam que, por mais que hajam desafios, todos juntos são capazes de enfrentá-los.

Referências

ABRANCHES, S. H. *et al.* **Política Social e Combate à Pobreza**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. p. 126.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. In: CATTANI, Antônio D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 20-26.

ANDION, C. A. Gestão no Campo da Economia Solidária: Particularidades e Desafios. **RAC**, v. 9, n.1, p. 79-101, 2005.

AZAMBUJA, L. R. Os valores da Economia Solidária. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 282 -317, 2009.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

BERTUCCI, Ademar de A.; SILVA, Roberto M. A. da. **20 Anos de Economia popular solidária**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BROSE, Markus. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho**. Santa Cruz do Sul-RS: EDUNISC, 2000.

FALCONER, A. P. **A promessa do terceiro setor: um estudo sobre o papel das organizações da sociedade civil e do seu campo de gestão**. 1999. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FEA/USP, 1999.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: um novo modelo de gestão pública? In: ENANPAD 2002. **Anais**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2002.

GAIGER, Luis Inácio. O trabalho ao centro da economia popular. In: XIII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: GT Trabalho e Sociedade, 1999a.

_____. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.). **Economia dos setores populares; entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro mapeamento nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p. 57-77, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GÓIS, J. B. H. *et al.* Responsabilidade social empresarial e solidariedade: uma análise dos discursos dos seus atores. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 78, p. 82-110, 2004.

GOMÉZ, M. J. R. Desenvolvimento em (Dês) Construção Narrativas Escalares sobre desenvolvimento territorial rural. 2006. 440 p. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2006.

IBGE. **Censo Demográfico 2010. Primeiros dados do CENSO 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=24>. Acesso em: 06 jan. 2011.

LECHAT, N. M. P. *et al.* Gestão de empreendimentos econômicos solidários na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 07, n. 1, p 175-194, 2007.

LESBAUSPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 199.

LISBOA, A. M. A. Emergência das redes de economia popular no Brasil. Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho. In: DAL RI, Neusa Maria (Org.). **Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999. p. 55-89.

MELLO, Sylvia Leser de. Economia Solidária e democracia. In: FÍGARO, Roseli (Org.). **Gestão da comunicação no mundo do trabalho, educação, terceiro setor e cooperativismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

MOTTA, F. C. P. **Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

OLIVERI, A. Empoderamento para a participação através do trabalho. In: CANDEIAS, C.N.B. *et al.* (Org.). **Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos**. Alagoas: EDUFAL, 2005.

RAICHELIS, R.; WANDERLEY, L.E.W. Desafios de uma gestão pública democrática na interação regional. **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 78, 2004.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos: O Declínio Inevitável dos Níveis de Emprego e a Redução da Força Global de Trabalho**. São Paulo : Makron Books, 1995.

RODRIGUES, RODRIGUES, S. de L.; FERREIRA, D. A. **O campo nas políticas de desenvolvimento e a abordagem territorial**. In: 4º ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP. São Paulo, 2008. p. 593-614.

SCHOMMER, T. V. Investimento Social das empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado. In: FISHER, T. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador, Bahia: Casa da Qualidade, 2002.

Secretaria Nacional de Economia Solidária. SENAES, 2006. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/tca_contas_anuais/secretaria-nacional-de-economia-solidaria-senaes.htm>. Acesso em: 12 mar. 2012.

SILVA, L. P.; OLIVEIRA, M. A. S.; COSTA JÚNIOR, M. P. A cooperativa e seus cooperados: uma análise do perfil e visão dos membros da Cooperativa de Pais e Amigos da Casa Grande COOPAGRAN. In: II Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural Regional Nordeste, 2008, Mossoró. **Anais do III Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural Regional Nordeste**, Mossoró, 2008. 1 CD-ROM.

SINGER, Paul. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, J. C. M.; BAIARDI, A. A. Economia solidária como instrumento do desenvolvimento sustentável: o caso de pintadas. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. SOBER, 44. 2006. Fortaleza. **Anais (...)** Fortaleza: Cdmais, 2006. 1 CD- ROM.

TENÓRIO, Fernando G. (Org.). **Gestão de ONGs**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

VASCONCELOS, Maria da Conceição Almeida. **Além da geração de trabalho e renda: economia solidaria e participação de cooperados e associados**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2010.

VEIGA, Sandra M.; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: Fase, 2001. (Série Economia Solidária).